

**12. PROJETO “COMPLEXO MONUMENTAL DA CAPELA DE FRUTUOSO – CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE REAL, BRAGA:**

Do **Sr. Vereador da Mobilidade, Património, Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo**, submetendo à consideração do Executivo, para aprovação do projeto de arquitetura do projeto de execução.

## DESPACHO

O projeto intitulado **“Complexo Monumental da Capela de Frutuoso - Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real, Braga”**, estabelece a reposição da coesão espacial do conjunto monumental composto pela Igreja de São Francisco, Mausoléu de São Frutuoso e Convento de São Francisco, tendo em vista a sua visitação integrada.

Este é um projeto estratégico para a valorização do património arquitetónico monumental, do concelho, da região e do país, obedecendo simultaneamente ao cumprimento dos objetivos estabelecidos por este município no âmbito da relação com a Universidade do Minho. Será uma poderosa ferramenta para a dinamização e incremento turístico do concelho.

O projeto recolheu parecer Favorável da DRCN (Ofício n.º S-2019/501404 (C.S:1375321), de 22/08/2019; Proc.º n.º DRCN-DSBC/2015/03-03/1102/PPA/9241 (C.S:193299) o qual se anexa.

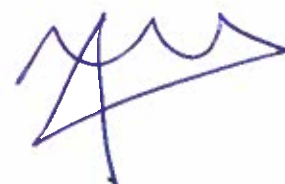
Submete-se à consideração superior o envio à reunião do executivo para aprovação do projeto de arquitetura e do projeto de execução.

Braga, 3 de setembro de 2019

O Vereador do Património



1209.23



## Relatório do Documento entrada n.º 45250 de 07/08/2019

DOCUMENTO Nº

DATA 07/08/2019

REFERÊNCIA

REGISTADO: fatima.carvalho

ATUALIZADO: armandino.cunha

ASSUNTO

Obras de edificação. Convento de São Francisco de Real Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real Braga - Relatório Prévio

REMETENTE EXT.: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

TIPO DE DOCUMENTO REQUERIMENTO DAS OBRAS

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

### Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: GABINETE VEREADOR MIGUEL BANDEIRA

PROCESSO N.º 2019/450.10.204/2690

CLASSIFICAÇÃO 450.10.204 - Licenciamento ou autorização de edificações

OBSERVAÇÕES

### Movimentos

(14) Movimentado no dia 03/09/2019 17:44 para Serv: GABINETE VEREADOR MIGUEL BANDEIRA

Efetuated por Func.: 776 - Jose Pedro Cortes Lopes(pedro.lopes)

Motivo: - De aprovar o projecto de arquitectura de acordo e nos termos do parecer da DRCN de 22/08/2019, da informação da D-CH/Arqueologia de 02/09/2019 e da informação técnica que antecede.

2- Após a aprovação do projecto de arquitectura proposta no ponto anterior, poderá aprovar-se o licenciamento (processo completo).

Tipo de Informação: Solicitação de Despacho [Informação]

(13) Movimentado no dia 03/09/2019 17:17 para Serv: DPCH - SAÍDAS

Efetuated por Func.: 2686 - Sergio Manuel Machado Carvalho(sergio.carvalho)

Motivo: Favorável [ Parecer ]

Tipo de Informação: Favorável [Parecer]

(12) Movimentado no dia 02/09/2019 14:47 para Func.: Sergio Manuel Machado Carvalho

Efetuated por Func.: 776 - Jose Pedro Cortes Lopes(pedro.lopes)

Motivo: Para Informação.

Tipo de Informação: Para procedimento [Informação]

(11) Movimentado no dia 02/09/2019 14:37 para Serv: DPCH - DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL HABITAÇÃO

Efetuated por Func.: 1006 - Armandino Baptista Cunha(armandino.cunha)

Motivo: Favorável [ Parecer ]

Tipo de Informação: Favorável [Parecer]

(9) Movimentado no dia 02/09/2019 12:09 para Serv: DPCH-GA - GABINETE ARQUEOLOGIA

Efetuated por Func.: 904 - Manuel Faria Lopes(manuel.lopes)

Motivo: Para procedimento [ Informação ]

Tipo de Informação: Para procedimento [Informação]

(8) Movimentado no dia 26/08/2019 15:32 para Serv: DMUOP - ARQUIVO OBRAS

Efetuated por Func.: 143 - Jose Abreu Rodrigues Ferreira(jose.abreu)

Motivo: Para procedimento [ Informação ] - Solicita- à DMUOP/SA - A.O: a junção de antecedentes

Tipo de Informação: Para procedimento [Informação]

(7) Movimentado no dia 26/08/2019 09:37 para Serv: DMUOP-SA - ENTRADAS

Efetuated por Func.: 4838 - Antonio Jose Zamith Soares Rosas(zamith.rosas)

Motivo: Para junção do Parecer da DRCN registado sob o nº E/48612/2019 e subsequente tramitação.

Tipo de Informação: Para procedimento [Informação]

(6) Movimentado no dia 19/08/2019 16:20 para Func.: Antonio Jose Zamith Soares Rosas

Efetuated por Func.: 5339 - Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho(filomena.farinhas)

Motivo: Para procedimento [ Informação ] - Devolvo o documento porque não foi carregado no sistema o seu conteúdo, sem o qual não posso informar.

Tipo de Informação: Para procedimento [Informação]

Processo: 1017 / 2019

Requerimento: 45250/2019

Requerente: Câmara Municipal de Braga

Local da obra: Lugar da Igreja

União das freguesias de Real, Dume e Semelhe

Assunto: **COMPLEXO MONUMENTAL DA CAPELA DE SÃO FRUTUOSO**

Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real

Informação técnica N.º 26596/2019

Técnico responsável: Sergio Manuel Machado Carvalho

Data: 03-09-2019

#### 1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO / ENQUADRAMENTO LEGAL:

1.1 Através do registo nº E/45250/2019 de 07.08.2019 são apresentados os projetos de Arquitectura e Engenharias de Especialidades relativos ao **COMPLEXO MONUMENTAL DA CAPELA DE SÃO FRUTUOSO – Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real**.

1.2 O projeto de Reabilitação, incide sobre operação urbanística promovida pelo município, e em consequência isenta de controlo prévio por se enquadrar no artigo 7.º, n.º1, alínea a), do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação ("As operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais e suas associações em área abrangida plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território;").

1.3 O projeto de arquitetura prevê a reabilitação do edifício do Convento de S. Francisco, imóvel em ruínas integrante no conjunto patrimonial constituído pela Igreja de S. Domingos (séc. XVIII) e Capela de S. Frutuoso (séc. VII) e envolvido por tapada (norte/nascente).

A intervenção proposta propõe a criação de espaços de biblioteca, conferências e de investigação na área de arqueologia, arquitetura e história, bem como de forma a permitir a fruição pública do convento franciscano original e da capela visigótica adjacente.

1.4 Além da referida norma do RJUE a presente operação urbanística deve ainda ter presente as restantes normas do artigo 7.º, infrascriptas:

*"5 - As operações de loteamento e as obras de urbanização promovidas pelas autarquias locais e suas associações ou pelo Estado, em área não abrangida por plano de urbanização ou plano de pormenor, são submetidas a discussão pública, nos termos estabelecidos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, com as necessárias adaptações, exceto no que se refere aos períodos de anúncio e de duração da discussão pública que são, respetivamente, de 8 e de 15 dias.*

*6 - A realização das operações urbanísticas previstas neste artigo deve observar as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção.*

*7 - À realização das operações urbanísticas previstas no presente artigo aplica-se o disposto no presente diploma no que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas e ao pagamento de taxas urbanísticas, o qual deve ser realizado por autoliquidação antes do início da obra, nos termos previstos nos regulamentos municipais referidos no artigo 3.º.*



## DMUOP / DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL HABITAÇÃO E GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO

8 - As operações urbanísticas previstas no presente artigo só podem iniciar-se depois de emitidos os pareceres ou autorizações referidos no presente artigo ou após o decurso dos prazos fixados para a respetiva emissão.

9 - Até cinco dias antes do início das obras que estejam isentas de controlo prévio, nos termos do presente artigo, o interessado deve notificar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, para efeitos de eventual fiscalização e de operações de gestão de resíduos de construção e demolição. "

1.5 Conforme documentação apresentada à Estimativa Orçamental para a execução da obra é de **2.093.914 Euros**.

### **2. ANTECEDENTES:**

Processo nº 86/URB/PROC/16

### **3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:**

**3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:**

**3.1.1** A obra está implantada em Espaço de Equipamento, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 11741/2015, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 201, de 14 de outubro.

**3.1.2** A pretensão encontra-se em ZEP da Capela de São Frutuoso, Portaria nº 624/2014 de 28.07.2014.

**3.1.3** A pretensão insere-se na área urbana com proteção arqueológica, tendo sido prestada informação de salvaguarda de património arqueológico nº 26445 de 02.09.2019.

**3.1.4** A pretensão está localizada em Área de Reabilitação Urbana – ARU Braga Norte, conforme Aviso nº 2216/2017, publicado no Diário da República, 2ª Série – nº 44, de 2 de março.

### **3.2. Instrução do Processo:**

O pedido está instruído com o projeto de arquitetura e os correspondentes projetos de engenharias de especialidades.

### **3.3. Pareceres das entidades externas ao município:**

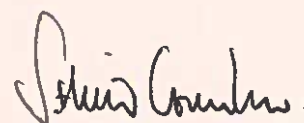
A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável** por parte da DRCN - DSBC, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2019/501404 (C.S:1375321), com despacho de 22.08.2019.

### **4. RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO:**

**4.1** O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

**4.2** Ao abrigo do disposto no nº 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

**4.3** O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.





DMUOP / DIVISÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL HABITAÇÃO E GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO

**5. PROPOSTA DE DECISÃO:**

A intervenção proposta, cumpre na generalidade a intenção municipal subjacente à reabilitação do **COMPLEXO MONUMENTAL DA CAPELA DE SÃO FRUTUOSO – Conservação, Valorização e Promoção do Convento de São Francisco de Real.**

Neste contexto, julgo que o presente projeto poderá merecer aprovação.

Remete-se para consideração superior.

O técnico superior da Divisão de Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico

*João Gomes*